

# **Demonstrações Financeiras**

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

# **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

## **Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2022

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial .....	6
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Pampa Transmissão de Energia S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Pampa Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência da readequação dos fluxos de ativo de contrato realizada pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Principal assunto de auditoria**

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## **Mensuração do ativo de contrato**

Conforme divulgado na nota explicativa 7, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 1.129.873 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 6, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

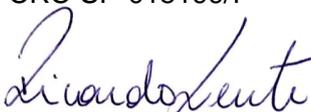
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP-015199/F



Ricardo Gomes Leite  
Contador CRC-1RJ107146/O

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

### Balanco patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	201.994	94.340	180.166
Impostos a recuperar		5.001	1.370	125
Instrumentos financeiros derivativos	17.1	-	16.260	-
Ativo de contrato	7	331.532	-	-
Outros ativos circulantes		209	123	197
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>538.736</b>	<b>112.093</b>	<b>180.488</b>
<b>Não circulante</b>				
Ativo de contrato	7	798.341	525.052	170.326
Outros ativos não circulantes		-	257	358
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>798.341</b>	<b>525.309</b>	<b>170.684</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.337.077</b>	<b>637.402</b>	<b>351.172</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	8	3.507	21.041	3.296
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	280.405	391.210	253.303
Impostos a recolher		5.455	640	196
Partes relacionadas	9	30.472	16.798	27.176
Dividendos a pagar	13.b	36.864	25.770	8.124
Instrumentos financeiros derivativos	17.1	1.658	-	528
Outros passivos		332	599	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>358.693</b>	<b>456.058</b>	<b>292.623</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures		376.194	-	-
PIS e COFINS diferidos	11.1	104.513	48.567	15.756
IRPJ e CSLL diferidos	11.2	92.329	52.990	16.629
Outros passivos		1.075	791	105
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>574.111</b>	<b>102.348</b>	<b>32.490</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	12	146.486	1.486	1.486
Reserva de lucros		257.787	77.510	24.573
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>404.273</b>	<b>78.996</b>	<b>26.059</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.337.077</b>	<b>637.402</b>	<b>351.172</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b> (reapresentado)	<b>01/01/2021</b> (reapresentado)
Receita operacional líquida	13	<b>550.937</b>	321.915	153.969
Custo	14	<b>(332.359)</b>	(201.397)	(101.086)
Lucro bruto		<b>218.578</b>	<b>120.518</b>	<b>52.883</b>
Despesas operacionais	14			
Gerais e administrativas		<b>(1.869)</b>	(1.095)	<b>(700)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>216.709</b>	<b>119.423</b>	<b>52.183</b>
Resultado financeiro	15			
Receitas financeiras		<b>22.401</b>	8.870	1.897
Despesas financeiras		<b>(3.934)</b>	(21.349)	(4.605)
		<b>18.467</b>	<b>(12.479)</b>	<b>(2.708)</b>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>235.176</b>	<b>106.944</b>	<b>49.475</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	<b>(4.467)</b>	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	<b>(75.493)</b>	(36.361)	(16.680)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>155.216</b>	<b>70.583</b>	<b>32.795</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>01/01/2021</b>
		(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	<b>155.216</b>	70.583	32.795
Total de resultados abrangentes	<b>155.216</b>	<b>70.583</b>	<b>32.795</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucro a realizar		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021 (reapresentado)</b>	<b>12</b>	<b>1.486</b>	<b>297</b>	<b>24.276</b>	<b>-</b>	<b>26.059</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	70.583	70.583
Destinação de lucros a:						
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(17.646)	(17.646)
Reserva de lucros a realizar		-	-	52.937	(52.937)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)</b>	<b>12</b>	<b>1.486</b>	<b>297</b>	<b>77.213</b>	<b>-</b>	<b>78.996</b>
Integralização de capital		<b>145.000</b>	-	-	-	<b>145.000</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	<b>155.216</b>	<b>155.216</b>
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		-	<b>7.761</b>	-	<b>(7.761)</b>	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	<b>(36.864)</b>	<b>(36.864)</b>
Reserva de lucros a realizar		-	-	<b>172.516</b>	<b>(110.591)</b>	<b>61.925</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>12</b>	<b>146.486</b>	<b>8.058</b>	<b>249.729</b>	<b>-</b>	<b>404.273</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b> (reapresentado)	<b>01/01/2021</b> (reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>235.176</b>	123.934	49.475
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa utilizado nas atividades operacionais:			
Receita de construção - ativo de contrato	<b>(539.215)</b>	(346.553)	(164.045)
Receita de remuneração - ativo de contrato	<b>(65.606)</b>	(26.908)	(5.574)
Impostos diferidos	<b>55.946</b>	34.556	15.695
Juros e atualização monetária sobre dívidas financeiras	<b>22.124</b>	9.180	3.303
Instrumentos financeiros derivativos	<b>17.918</b>	(16.788)	528
Custo de transação	<b>17</b>	-	-
Variação cambial	<b>1.061</b>	12.165	-
Provisões	<b>(5.859)</b>	6.762	1.879
Lucro ajustado	<b>(278.438)</b>	<b>(203.652)</b>	<b>(98.739)</b>
Variações nos ativos e passivos:			
Partes relacionadas	<b>13.674</b>	(10.378)	27.176
Tributos a recuperar	<b>(3.631)</b>	(1.245)	(125)
Outros ativos	<b>171</b>	175	146
Fornecedores	<b>(11.673)</b>	10.983	1.217
Tributos e contribuições sociais a recolher	<b>348</b>	444	167
Outros passivos	<b>17</b>	1.285	-
	<b>(1.094)</b>	<b>1.264</b>	<b>28.581</b>
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<b>(279.532)</b>	<b>(202.388)</b>	<b>(70.158)</b>
Atividades de financiamento			
Integralização de capital	<b>145.000</b>	-	309
Captação empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>1.074.018</b>	375.000	250.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>(799.608)</b>	(250.000)	-
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>(16.777)</b>	(8.438)	-
Variação cambial realizada	<b>(15.447)</b>	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades de financiamento</b>	<b>387.186</b>	<b>116.562</b>	<b>250.309</b>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>107.654</b>	<b>(85.826)</b>	<b>180.151</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>94.340</b>	180.166	15
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>201.994</b>	94.340	180.166
<b>Aumento (Redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>107.654</b>	<b>(85.826)</b>	<b>180.151</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **1. Contexto operacional**

A Pampa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de novembro de 2018, está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão.

#### **1.1. Concessão**

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia elétrica nº 13/2019 – ANEEL, datado de 22 de março de 2019, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos no estado de Rio Grande do Sul:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km;
- (ii) Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km;
- (iii) Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65 km;
- (iv) Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA);
- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### **1.1. Concessão--Continuação**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em integralmente em fase de pré-operacional e a previsão inicial de entrada em operação em 22 de março de 2023. No entanto, em 2 de junho de 2020, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 8.926, autorizou a postergação em quatro meses dos prazos de entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica cujos prazos definidos nos atos de outorga sejam posteriores a 11 de março de 2020 (data da declaração de pandemia da COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde – OMS). Dessa forma, o novo prazo regulatório para a entrada em operação comercial passa a ser de 22 de julho de 2023.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

#### **1.2. Receita Anual Permitida - RAP**

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R\$ 74.721, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### **1.3. Encargos regulamentares**

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

#### **1.4. Impactos do COVID-19**

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção para seus colaboradores e comunidades que atua, visando a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

A partir de outubro de 2021 os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada ao trabalho presencial na modalidade Híbrido, seguindo os protocolos de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o plano das atividades presenciais, suas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias presenciais e dois em *home office* (trabalho remoto); uso obrigatório de máscaras; distanciamento nas estações de trabalho e demais ambientes (copas, banheiros) e restrições de utilização de salas de reunião enquanto perdurar o alerta contra o COVID-19.

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **2. Base de preparação**

#### **2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 14 de abril de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

#### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.3. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 16 de Instrumentos Financeiros.

#### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **2. Base de preparação--Continuação**

#### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação**

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 7) - critério de apuração e remuneração do ativo contrato;
- Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 11) - reconhecimento e mensuração.
- Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7 e nº 19) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

### **3. Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

#### **3.1. Classificação corrente versus não corrente**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.1. Classificação corrente versus não corrente--Continuação**

Um passivo é classificado como não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

#### **3.2. Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

#### **3.3. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

##### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

##### a) Ativos financeiros--Continuação

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

##### i) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

##### a) Ativos financeiros--Continuação

##### i) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

##### ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros*

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

##### a) Ativos financeiros--Continuação

##### iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

###### Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

###### Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

###### Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.3. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação**

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de Impairment para seus ativos.

#### **3.5. Ativo de contrato**

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.5. Ativo de contrato--Continuação**

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 – Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 4 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que foram observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto.

A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis:

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.5. Ativo de contrato--Continuação**

- (I) A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação.
- (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

- Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

#### **3.6. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**

##### Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber.

##### Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **3.7. Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.7. Provisões--Continuação**

##### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **3.8. Receita e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

#### **3.9. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.9. Mensuração do valor justo--Continuação**

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

#### **3.10. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.11. Dividendos a pagar**

Os dividendos aprovados são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras do exercício, com base no estatuto social da Companhia e deliberações tomadas pelos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que estes são devidamente aprovados pelos acionistas.

### **4. Normas emitidas e interpretações**

#### **4.1. Novas normas e interpretações**

##### a) Normas emitidas e vigentes

- CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro
- CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material
- CPC 06 (R2): Arrendamentos.
- CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
- CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

##### b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

###### CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 4. Normas emitidas e interpretações--Continuação

#### 4.1. Novas normas e interpretações--Continuação

##### b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

###### CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguro--Continuação

Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

###### Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 4. Normas emitidas e interpretações--Continuação

#### 4.1. Novas normas e interpretações--Continuação

##### b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

###### Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

###### Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de Políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **4. Normas emitidas e interpretações--Continuação**

#### **4.1. Novas normas e interpretações--Continuação**

##### b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

### **5. Reapresentação**

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu com ajustes no balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e certas notas explicativas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, originalmente emitidas em 18 de abril de 2022.

Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os impactos dos ajustes estão sendo demonstrados a seguir:

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 5. Reapresentação--Continuação

#### a) Balanço patrimonial

	31/12/2021			31/12/2020		01/01/2021
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(Reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(Reapresentado)
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	94.340	-	94.340	180.166	-	180.166
Impostos a recuperar	1.370	-	1.370	125	-	125
Instrumentos financeiros derivativos	16.260	-	16.260	-	-	-
Outros ativos circulantes	123	-	123	197	-	197
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>112.093</b>	<b>-</b>	<b>112.093</b>	<b>180.488</b>	<b>-</b>	<b>180.488</b>
<b>Não circulante</b>						
Outros ativos não circulantes	257	-	257	358	-	358
Ativo de contrato	407.879	117.173	525.052	151.591	18.735	170.326
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>408.136</b>	<b>117.173</b>	<b>525.309</b>	<b>151.949</b>	<b>18.735</b>	<b>170.684</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>520.229</b>	<b>117.173</b>	<b>637.402</b>	<b>332.437</b>	<b>18.735</b>	<b>351.172</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	21.041	-	21.041	3.296	-	3.296
Empréstimos e financiamentos	391.210	-	391.210	253.303	-	253.303
Impostos a recolher	640	-	640	196	-	196
Partes relacionadas	16.798	-	16.798	27.176	-	27.176
Dividendos	8.225	17.545	25.770	5.321	2.803	8.124
Instrumentos derivativos	-	-	-	528	-	528
Outras obrigações	599	-	599	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>438.513</b>	<b>17.545</b>	<b>456.058</b>	<b>289.820</b>	<b>2.803</b>	<b>292.623</b>
<b>Não circulante</b>						
IRPJ e CSLL diferidos	16.836	36.154	52.990	10.852	5.777	16.629
PIS e COFINS diferidos	37.728	10.839	48.567	14.011	1.745	15.756
Outras obrigações	791	-	791	105	-	105
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>55.355</b>	<b>46.993</b>	<b>102.348</b>	<b>24.968</b>	<b>7.522</b>	<b>32.490</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	1.486	-	1.486	1.486	-	1.486
Reserva de lucros	24.875	52.635	77.510	16.163	8.410	24.573
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>26.361</b>	<b>52.635</b>	<b>78.996</b>	<b>17.649</b>	<b>8.410</b>	<b>26.059</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>520.229</b>	<b>117.173</b>	<b>637.402</b>	<b>332.437</b>	<b>18.735</b>	<b>351.172</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 5. Reapresentação--Continuação

#### b) Demonstração do resultado do exercício

	31/12/2021			31/12/2020		01/01/2021
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)
Receita operacional líquida	232.571	89.344	321.915	136.979	16.990	153.969
Custo	(201.397)	-	(201.397)	(101.086)	-	(101.086)
Lucro bruto	31.174	89.344	120.518	35.893	16.990	52.883
Despesas operacionais Gerais e administrativas	(1.095)	-	(1.095)	(700)	-	(700)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	30.079	89.344	119.423	35.193	16.990	52.183
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	8.870	-	8.870	1.897	-	1.897
Despesas financeiras	(21.349)	-	(21.349)	(4.605)	-	(4.605)
	(12.479)	-	(12.479)	(2.708)	-	(2.708)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	17.600	89.344	106.944	32.485	16.990	49.475
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.984)	(30.377)	(36.361)	(10.903)	(5.777)	(16.680)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>11.616</b>	<b>58.967</b>	<b>70.583</b>	<b>21.582</b>	<b>11.213</b>	<b>32.795</b>

#### c) Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2021			31/12/2020		01/01/2021
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	11.616	58.967	70.583	21.582	11.213	32.795
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>11.616</b>	<b>58.967</b>	<b>70.583</b>	<b>21.582</b>	<b>11.213</b>	<b>32.795</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 5. Reapresentação--Continuação

#### d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucro a realizar		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020 (originalmente apresentado)</b>	1.486	297	15.866	-	17.649
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.213	11.213
Destinação de lucros a:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.804)	(2.804)
Reserva de lucros a realizar	-	-	8.410	(8.410)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020 (ajuste)</b>	-	-	8.410	-	8.410
Aumento de capital	309	-	-	-	309
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.795	32.795
Destinação de lucros a:					
Reserva legal	-	297	-	(297)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(8.125)	(8.125)
Reserva de lucros a realizar	-	-	24.276	(24.276)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)</b>	1.486	297	24.276	-	26.059
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	1.486	297	24.276	-	26.059
Lucro líquido do exercício	-	-	-	70.583	70.583
Destinação de lucros a:					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(17.646)	(17.646)
Reserva de lucros a realizar	-	-	52.937	(52.937)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)</b>	1.486	297	77.213	-	78.996

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 5. Reapresentação--Continuação

#### e) Demonstração dos fluxos de caixa

	31/12/2021			31/12/2020		01/01/2021
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)
Atividades operacionais:						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.600	106.334	123.934	32.485	16.990	49.475
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:						
Receita de construção - ativo de contrato	(228.247)	(118.305)	(346.552)	(144.238)	(19.807)	(164.045)
Remuneração - ativo de contrato	(28.041)	1.132	(26.909)	(6.646)	1.072	(5.574)
Impostos diferidos	23.717	10.839	34.556	13.950	1.745	15.695
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	9.180	-	9.180	3.303	-	3.303
Instrumentos financeiros derivativos	(16.788)	-	(16.788)	528	-	528
Variação cambial	12.165	-	12.165	-	-	-
Provisões	6.762	-	6.762	1.879	-	1.879
Lucro ajustado	(203.652)	-	(203.652)	(98.739)	-	(98.739)
Variações nos ativos e passivos:						
Partes relacionadas	(10.378)	-	(10.378)	27.176	-	27.176
Adiantamentos diversos	-	-	-	(25)	-	(25)
Tributos a recuperar	(1.245)	-	(1.245)	(125)	-	(125)
Outras obrigações	1.285	-	1.285	-	-	-
Prêmio de seguro	175	-	175	171	-	171
Fornecedores	10.983	-	10.983	1.217	-	1.217
Tributos e contribuições sociais a recolher	444	-	444	167	-	167
	1.264	-	1.264	28.581	-	28.581
<b>Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>(202.388)</b>	<b>-</b>	<b>(202.388)</b>	<b>(70.158)</b>	<b>-</b>	<b>(70.158)</b>
Atividades de financiamento						
Integralização de capital	-	-	-	309	-	309
Captação empréstimos e financiamentos	375.000	-	375.000	250.000	-	250.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(250.000)	-	(250.000)	-	-	-
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(8.438)	-	(8.438)	-	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades de financiamento</b>	<b>116.562</b>	<b>-</b>	<b>116.562</b>	<b>250.309</b>	<b>-</b>	<b>250.309</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(85.826)</b>	<b>-</b>	<b>(85.826)</b>	<b>180.151</b>	<b>-</b>	<b>180.151</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	180.166	-	180.166	15	-	15
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	94.340	-	94.340	180.166	-	180.166
<b>Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(85.826)</b>	<b>-</b>	<b>(85.826)</b>	<b>180.151</b>	<b>-</b>	<b>180.151</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 5. Reapresentação--Continuação

#### f) Notas explicativas - Ativo de Contrato

<b>&gt;&gt; Originalmente apresentado</b>						
	<b>31/12/2020</b>			<b>31/12/2021</b>		
<b>2019</b>	<b>Receita de construção</b>	<b>Remuneração do Ativo de Contrato</b>	<b>2020</b>	<b>Receita de construção</b>	<b>Remuneração do Ativo de Contrato</b>	<b>2021</b>
662	144.283	6.646	151.591	228.247	28.041	407.879
<b>&gt;&gt; Ajustes</b>						
	<b>31/12/2020</b>			<b>31/12/2021</b>		
<b>2019</b>	<b>Receita de construção</b>	<b>Remuneração do Ativo de Contrato</b>	<b>2020</b>	<b>Receita de construção</b>	<b>Remuneração do Ativo de Contrato</b>	<b>2021</b>
-	19.807	(1.072)	18.735	98.498	(60)	117.173
<b>&gt;&gt; Reapresentado</b>						
	<b>31/12/2020</b>			<b>31/12/2021</b>		
<b>2019</b>	<b>Receita de construção</b>	<b>Remuneração do Ativo de Contrato</b>	<b>2020</b>	<b>Receita de construção</b>	<b>Remuneração do Ativo de Contrato</b>	<b>2021</b>
662	164.090	5.574	170.326	326.745	27.981	525.052

#### g) Notas explicativas – PIS e COFINS diferidos

	<b>31/12/2021 (Originalmente apresentado)</b>				
	<b>31/12/2021</b>	<b>Movimentação</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Movimentação</b>	<b>31/12/2019</b>
PIS diferido	6.730	4.231	2.499	2.489	10
COFINS diferido	30.998	19.486	11.512	11.461	51
Total	37.728	23.717	14.011	13.950	61
	<b>31/12/2021 e 01/01/2021 (Reapresentado)</b>				
	<b>31/12/2021</b>	<b>Movimentação</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Movimentação</b>	<b>31/12/2019</b>
PIS diferido	8.663	5.853	2.810	2.800	10
COFINS diferido	39.904	26.958	12.946	12.895	51
Total	48.567	32.811	15.756	15.695	61

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 5. Reapresentação--Continuação

#### h) Notas explicativas – Política de dividendos

	31/12/2021			31/12/2020		01/01/2021
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)
lucro líquido do exercício	11.616	58.967	70.583	21.582	11.213	32.795
(-) Reserva legal	-	-	-	(297)	-	(297)
Lucro ajustado	11.616	58.967	70.583	21.285	11.213	32.498
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	<b>2.904</b>	<b>14.742</b>	<b>17.646</b>	<b>5.321</b>	<b>2.803</b>	<b>8.125</b>

#### i) Notas explicativas – Receita operacional líquida

	31/12/2021			31/12/2022		01/01/2021
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)
Receita de construção do ativo de contrato	228.247	98.498	326.745	144.283	19.807	164.090
Remuneração do ativo de contrato	28.041	(60)	27.981	6.646	(1.072)	5.574
Receita operacional bruta	256.288	98.438	354.726	150.929	18.735	169.664
(-) PIS e COFINS	(23.717)	(9.094)	(32.811)	(13.950)	(1.745)	(15.695)
Receita operacional líquida	232.571	89.344	321.915	136.979	16.990	153.969

#### j) Notas explicativas – Instrumentos financeiros

	31/12/2021			31/12/2020		01/01/2021
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	94.340	-	94.340	180.156	-	180.156
Ativo de contrato (Nota 7)	407.879	117.173	525.052	151.591	18.735	170.326
	502.219	117.173	619.392	502.219	18.735	350.482

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	433
Bancos	218	614
Aplicações financeiras (a)	201.776	93.293
	<b>201.994</b>	<b>94.340</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 6. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

### 7. Ativo de contrato

Saldo em 01/01/2021 (Reapresentado)	Receita de construção	Remuneração do ativo de contrato	Saldo em 31/12/2021 (Reapresentado)	Receita de construção	Remuneração do Ativo de Contrato	Saldo em 31/12/2022
170.326	326.745	27.981	525.052	539.215	65.605	1.129.873

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Circulante	331.532	-	-
Não circulante	798.341	525.052	170.326
	<b>1.129.873</b>	<b>525.052</b>	<b>170.326</b>

#### Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão:

- Receita Anual Permitida - RAP - a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **7. Ativo de contrato--Continuação**

#### Contrato de concessão de serviços--Continuação

Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

#### Ativo de contrato indenizável

Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.

- Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 7. Ativo de contrato--Continuação

#### Ativo de contrato indenizável--Continuação

Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de “reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas”, a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

### 8. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Materiais e serviços	682	12.355
Provisões (i)	<u>2.825</u>	<u>8.686</u>
	<u>3.507</u>	<u>21.041</u>

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais.

### 9. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 9. Partes relacionadas--Continuação

Transações	Passivo	
	31/12/2022	31/12/2021
Cymi Construções e Participações (i)	29.781	8.734
Cymi do Brasil Projetos e Serviços (i)	691	4.828
Cymi Tech (ii)	-	3.236
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>30.472</b>	<b>16.798</b>

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações e Cymi do Brasil.
- (ii) Refere-se à Cymi Tech, empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações e soluções de engenharia

### 10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

#### a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros contratual	31/12/2022	31/12/2021
Intesa Sanpaolo	BRL	23/04/2023	CDI + 1,15% a.a.	82.435	78.204
Citibank (*)	USD	24/10/2023	6,11% a.a.	99.549	-
Scotiabank (*)	USD	20/04/2023	4,9725% a.a.	98.422	313.007
Debêntures	BRL	15/09/2046	IPCA + 6,15%	380.766	-
(-) Custo de captação				(4.573)	
<b>Total de empréstimos, financiamentos e debêntures</b>				<b>656.599</b>	<b>391.210</b>
Circulante				280.405	391.210
Não circulante				376.194	-
				<b>656.599</b>	<b>391.210</b>

(\*) Esse empréstimo é denominado em dólar, e, juntamente com a contratação dos empréstimos, a Companhia contrata derivativos (Swap) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 17.1.

#### b) Movimentação em 2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Adições	Juros e Atualização Monetária (*)	Variação cambial	Custo de Transação a Amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2022
Intesa Sanpaolo	78.204	-	10.004	-	-	-	(5.773)	-	82.435
Scotiabank	313.006	-	421	(63.643)	-	(300.00)	(1.304)	51.519	-
Scotiabank	-	250.572	4.566	32.369	-	(250.572)	(4.697)	(32.238)	-
Scotiabank	-	100.000	272	(1.850)	-	-	-	-	98.422
Citibank	-	249.036	4.855	34.876	-	(249.036)	(5.003)	(34.728)	-
Citibank	-	100.000	240	(691)	-	-	-	-	99.549
Debêntures	-	379.000	1.766	-	-	-	-	-	380.766
Custos de transação	-	(4.590)	-	-	17	-	-	-	(4.573)
<b>Total</b>	<b>391.210</b>	<b>1.074.018</b>	<b>22.124</b>	<b>1.061</b>	<b>17</b>	<b>(799.608)</b>	<b>(16.777)</b>	<b>(15.447)</b>	<b>656.599</b>

(\*) – Em 2022 foram capitalizados em ativo de contrato como custo de construção o total de R\$ 26.276.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### Movimentação em 2021

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Adições	Juros	Varição cambial	Amortização do principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2022
Itaú	100.755	-	3.454	-	(100.000)	(4.209)	-
Alfa	75.623	-	807	-	(75.000)	(1.430)	-
Société Generali	76.925	-	874	-	(75.000)	(2.799)	-
Intesa Sanpaolo	-	75.000	3.204	-	-	-	78.204
Scotiabank	-	300.000	841	12.165	-	-	313.006
<b>Total</b>	<b>253.303</b>	<b>375.000</b>	<b>9.180</b>	<b>12.165</b>	<b>(250.000)</b>	<b>(8.438)</b>	<b>391.210</b>

#### *Banco Intesa Sanpaolo*

Em 23 de abril de 2021 a Companhia celebrou junto ao Banco Intesa Sanpaolo a portabilidade de um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 75.000, com data de vencimento em 26 de abril de 2022, sendo renovado até o dia 20 de abril de 2023.

#### *Banco Scotiabank*

Em 20 de abril de 2021 a Companhia celebrou junto ao Banco Scotiabank um contrato de 4131 com *swap* até o limite de 300.000, com data de vencimento em 20 de abril de 2022. No dia do vencimento, a Companhia liquidou o contrato, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com *swap* até o limite de 250.572, com data de vencimento em 20 de dezembro de 2022. No dia do vencimento, a Companhia o liquidou novamente, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com *swap* até o limite de 100.000, com data de vencimento em 20 de outubro de 2023.

#### *Banco Citibank*

Em 19 de abril de 2022 a Companhia celebrou junto ao Banco Citibank um contrato de 4131 com *swap* até o limite de 249.036, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2022. Na data do vencimento, a Companhia quitou o contrato, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com *swap* até o limite de 100.000, com data de vencimento em 14 de outubro de 2023.

#### *Debêntures*

No dia 17 de novembro de 2022, a Companhia celebrou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo como banco coordenador o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

#### *Debêntures--Continuação*

Os recursos captados por meio desta emissão visam ser integralmente utilizados para o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica

Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada, as debêntures terão prazo de vencimento de 285 meses e 28 dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2046. As amortizações de juros remuneratórios e principais ocorrerão semestralmente, cujo primeiro pagamento está previsto para 15 de março de 2024. O contrato prevê juros remuneratórios sob a taxa de IPCA + 6,15%, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante.

O valor somado de todas as integralizações não excederá R\$ 636.000. A primeira integralização ocorreu na data de emissão das debêntures no valor de R\$ 379.000.

A segunda integralização de R\$ 170.000 ocorrerá apenas após a satisfação de condições suspensivas, entre elas:

- (i) comprovação da efetivação das notificações ao ONS, à ANEEL e a quaisquer outros órgãos e entidades a quem deva ser comunicada a constituição da cessão fiduciária de direitos emergentes e creditórios na forma do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (ii) comprovação dos gastos referentes a implantação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2019-ANEEL, mediante apresentação de declaração assinada pelos representantes legais da Companhia, atestando a destinação dos recursos;
- (iii) Comprovação de nova integralização, pelos acionistas da Companhia, em moeda corrente no capital social da Companhia ou por meio de aumento de capital a partir da conversão de reservas de lucros, no montante correspondente a, no mínimo, 25% do valor da Segunda Integralização;
- (iv) Apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em nome da Emissora;

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

#### *Debêntures--Continuação*

(v) Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal em nome da Emissora;

(vi) Apresentação de declaração de regularidade ambiental do Projeto assinada pelos representantes legais da Companhia;

(vii) Apresentação de fianças bancárias, pelas quais os fiadores se responsabilizem pelo valor integral da Segunda Integralização;

(viii) Apresentação de Certificado de Adimplemento expedido pela ANEEL em nome da Emissora, para os fins do disposto no artigo 6º da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993;

(ix) Caso a Companhia celebre contrato de financiamento entre as datas da primeira e segunda integralizações das Debêntures, apresentação de uma via assinada do Contrato de Compartilhamento de Garantias, revestida de todas as formalidades legais.

São condições suspensivas para a terceira integralização das debêntures para que o volume alcance o patamar de até 590.000 (quinhentos e noventa mil), as quais deverão ser comprovadas ao Agente Fiduciário pela Companhia, entre elas:

(i) comprovação dos gastos referentes a implantação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2019-ANEEL, mediante apresentação de declaração assinada pelos representantes legais da Companhia, atestando a destinação dos recursos;

(ii) Comprovação de nova integralização, pelos acionistas da Companhia, no capital social da Emissora no montante correspondente a, no mínimo, 25% do valor da Terceira Integralização; e

(iii) Apresentação de fianças bancárias, pelas quais os fiadores se responsabilizem pelo valor integral da Terceira Integralização;

(iv) Apresentação da licença de Instalação referente à Linha de Transmissão 525kV Guaíba 3 – Capivari do Sul, expedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental ("FEPAM") do estado do Rio Grande do Sul;

(v) Caso o Contrato de Financiamento seja celebrado entre as datas da segunda e terceira integralizações das Debêntures, apresentação de uma via assinada do Contrato de Compartilhamento de Garantias, revestida de todas as formalidades legais.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### *Debêntures--Continuação*

São condições suspensivas para a quarta integralização de debêntures para que o volume alcance o limite total das integralizações, das quais deverão ser comprovadas ao Agente Fiduciário pela Companhia:

(i) comprovação dos gastos referentes a implantação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2019-ANEEL, mediante apresentação de declaração assinada pelos representantes legais da Companhia, atestando a destinação dos recursos;

(ii) Comprovação de nova integralização, pelos acionistas da Companhia, no capital social da Emissora no montante correspondente a, no mínimo, 25% do valor da quarta Integralização; e

(iii) Apresentação de fianças bancárias, pelas quais os fiadores se responsabilizem pelo valor integral da quarta integralização;

(iv) Caso o Contrato de Financiamento seja celebrado entre as datas da segunda e terceira integralizações das Debêntures, apresentação de uma via assinada do Contrato de Compartilhamento de Garantias, revestida de todas as formalidades legais.

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “*covenants*” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, sendo que em 31 de dezembro de 2022 foram cumpridas.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	-	391.210
2023	<b>280.405</b>	-
2024	<b>50.761</b>	-
2025	<b>50.731</b>	-
Após 2025	<b>279.274</b>	-
Total dívida	<b>661.171</b>	391.210
(-) Custo de transação a amortizar	<b>(4.572)</b>	-
<b>Total das obrigações</b>	<b>656.599</b>	391.210

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 11. Impostos diferidos

#### 11.1. PIS e COFINS diferidos

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 01/01/2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
PIS diferido	18.643	8.663	2.810
COFINS diferido	85.870	39.304	12.946
<b>Total</b>	<b>104.513</b>	<b>48.567</b>	<b>15.756</b>

#### 11.2. IRPJ e CSLL diferidos

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 01/01/2021
<b>Ativo/passivo</b>		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Prejuízo fiscal/Base negativa	(3.692)	(108.811)	(35.721)
Ajuste CPC 47	96.021	161.801	52.350
<b>Total não circulante</b>	<b>92.329</b>	<b>52.990</b>	<b>16.629</b>
<b>Detalhamento do não circulante</b>	<b>31/12/2022</b>		
Ativo	(3.692)		
Passivo	96.021		
<b>Total ativo/passivo diferidos</b>	<b>92.329</b>		

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros. A Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em 2 anos.

### 12. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 146.486 (R\$ 1.486 em 2021), dividido em 146.486 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 11 de novembro de 2022, conforme Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), os administradores da Companhia aprovaram e integralizaram o aumento de capital no valor de R\$ 95.000.

Adicionalmente, em 12 de dezembro de 2022, conforme Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), os administradores da Companhia aprovaram e integralizaram o aumento de capital no valor de R\$ 50.000.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 12. Patrimônio líquido--Continuação

#### a) Capital social--Continuação

Os respectivos aportes de capital supracitados foram proporcionais a participação de cada quotista, sendo 50% referentes à Cymi Construções e Participações S.A e 50% referente ao Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

Quotistas	31/12/2022			31/12/2021		
	Qtde. de Ações	%	Valor (em reais)	Qtde. de Ações	%	Valor (em reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	73.243.000	50%	73.243.000	743.000	50%	743.000
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	73.243.000	50%	73.243.000	743.000	50%	743.000
<b>Total</b>	<b>146.486.000</b>	<b>100%</b>	<b>146.486.000</b>	<b>1.486.000</b>	<b>100%</b>	<b>1.486.000</b>

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o valor da reserva legal foi de R\$ 7.761.

#### c) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	155.216	70.583	32.795
(-) Reserva legal	(7.761)	-	(297)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>147.455</b>	<b>70.583</b>	<b>32.498</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>36.864</b>	<b>17.646</b>	<b>8.125</b>

#### d) Reserva de lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 13. Receita operacional líquida

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita de construção do ativo de contrato	539.215	326.745	164.090
Receita de remuneração do ativo de contrato	65.605	27.981	5.574
Outras receitas	2.273	-	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>607.093</b>	<b>354.726</b>	<b>169.664</b>
(-) PIS e COFINS	(56.156)	(32.811)	(15.695)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>550.937</b>	<b>321.915</b>	<b>153.969</b>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita de construção	539.215	326.745	164.090
Custo de construção	(332.359)	(201.397)	(101.086)
<b>Total da margem de construção</b>	<b>206.856</b>	<b>125.348</b>	<b>63.004</b>
<b>Margem percebida (%)</b>	<b>38%</b>	<b>38%</b>	<b>38%</b>

### 14. Custo e despesas por natureza

Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2022:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo de construção	(332.359)	(201.397)
<b>Total custo</b>	<b>(332.359)</b>	<b>(201.397)</b>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços de terceiros	(654)	(168)
Outras despesas e receitas	(1.215)	(927)
<b>Total despesas gerais e administrativas</b>	<b>(1.869)</b>	<b>(1.095)</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 15. Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Rendimento de aplicação financeira	22.401	8.870
Variação cambial líquida	-	-
<b>Receita financeira</b>	<b>22.401</b>	<b>8.870</b>
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.528)	(9.480)
Variação cambial líquida	(406)	(12.165)
Outras despesas financeiras	-	(4)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(3.934)</b>	<b>(21.349)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>18.467</b>	<b>(12.479)</b>

### 16. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	235.176	106.944	49.475
Alíquota vigente	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL calculada	<b>79.960</b>	<b>36.361</b>	<b>16.822</b>
Outros	-	-	(142)
<b>Total - Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>79.960</b>	<b>36.361</b>	<b>16.680</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>

### 17. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito.
- (ii) Risco de mercado.
- (iii) Risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

#### i) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
<b>Ativos financeiros</b>		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<b>201.994</b>	94.340	180.166
Ativo de contrato (Nota 7)	<b>1.129.873</b>	525.052	170.326
	<b>1.331.867</b>	619.392	350.492

Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### a) Gerenciamento de riscos--Continuação

##### i) *Riscos de crédito*--Continuação

Ativo de Contrato - a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

##### ii) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### a) Gerenciamento de riscos--Continuação

##### ii) *Risco de mercado*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

<b>Instrumentos financeiros por indexador</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Ativos financeiros</b>		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	<b>201.776</b>	<b>93.293</b>
Instrumentos financeiros derivativos (CDI e USD)	-	<b>16.260</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Instrumentos Financeiros	<b>1.658</b>	-
Financiamento (CDI e USD)	<b>280.405</b>	<b>391.210</b>
Financiamento Longo Prazo (IPCA)	<b>380.766</b>	-

##### iii) *Riscos de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2022. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	<b>Fluxo de caixas contratuais</b>			
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 2 e 3 anos</b>	<b>Acima de 3 anos</b>
Fornecedores	<b>3.507</b>	<b>3.507</b>	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	<b>661.171</b>	<b>280.405</b>	<b>101.492</b>	<b>279.274</b>
Total	<b>664.678</b>	<b>283.912</b>	<b>101.492</b>	<b>279.274</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Categorias de instrumentos financeiros

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Categoria</u>
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Categoria</u>
Instrumentos Financeiros	Valor justo por meio do resultado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

#### *Classificações contábeis e valores justos*

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Fornecedores - a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos.
- Empréstimos e debêntures - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

#### c) Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Hierarquia do valor justo--Continuação

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	31/12/2022			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Aplicações financeiras	-	201.776	-	201.776
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>201.776</b>	<b>-</b>	<b>201.776</b>

Descritivo	31/12/2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Aplicações financeiras	-	93.293	-	93.293
Instrumentos financeiros	-	16.260	-	16.260
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>109.553</b>	<b>-</b>	<b>109.553</b>

#### 17.1. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como *hedges*, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía os seguintes derivativos vigentes:

Derivativo	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência ( <i>notional</i> ) - R\$		Valor justo ativo (R\$)	
			2022	2021	2022	2021
Swap Citibank	15/12/2022	24/10/2023	100.000	-	(71)	-
Swap Scotiabank	20/12/2022	20/10/2023	100.000	300.000	(1.587)	16.260
			<b>200.000</b>	<b>300.000</b>	<b>(1.658)</b>	<b>16.260</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 18. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2022 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Risco de Engenharia	01/07/2022 a 30/08/2023	637.052	152
Risco de Responsabilidade civil	01/07/2022 a 30/08/2023	637.052	18

### 19. Contingências

A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda no valor de R\$ 12 referente a um processo fundiário. A Companhia possui quatro causas com prognóstico possíveis de perda que totalizam o valor de R\$ 33, na esfera cível que se referem a cobrança de supostos valores não pagos por empresa contratada (terceirizada).

#### Eficácia temporal da “coisa julgada”

Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

\* \* \*